

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: União fecha modelagem da Eletrobras	10
Título: Ministro defende aumento de tarifa para viabilizar conclusão de Angra 3	12
Título: Governo rejeita alíquota fixa de 4% para minério e vê chance de acordo	14
Título: Relatoria dos projetos ficará com aliado do ministro	15
Título: Executivos pedem cuidado com renovação em agência	16
Título: Melhoram as perspectivas para o setor de óleo e gás	17
Título: Dando sanidade ao setor de gás natural	19

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O Brasil ainda poderia construir 120 hidrelétricas de porte médio	
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Indústria têxtil e de veículos puxam consumo de energia no mercado livre	
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5

Título: Paralisadas por pedras no rio, eclusas de Tucuruí já consumiram R\$ 1,6 bilhão	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: A China sobre rodas sustentáveis	7
Título: Bikes atravessam fronteiras.....	8
Título: Mobilidade em números.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: União fecha modelagem da Eletrobras	10
Título: Ministro defende aumento de tarifa para viabilizar conclusão de Angra 3	12
Título: Governo rejeita alíquota fixa de 4% para minério e vê chance de acordo.....	14
Título: Relatoria dos projetos ficará com aliado do ministro.....	15
Título: Executivos pedem cuidado com renovação em agência	16
Título: Melhoram as perspectivas para o setor de óleo e gás	17
Título: G-20 faz compromisso para evitar guerra global do aço.....	18
Título: Dando sanidade ao setor de gás natural	19
Título: Brookfield faz oferta de aporte de R\$ 1,4 bi na Renova	22
Título: Liminar obriga Petrobras a manter gás para TermoFortaleza, da Enel, pelo PPT	23
Título: Petrobras deve reverter prejuízo e fechar terceiro trimestre no azul	24
Título: Usiminas vislumbra cenário promissor para aços planos.....	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: George Vidor

Título: O Brasil ainda poderia construir 120 hidrelétricas de porte médio

SOL E ÁGUA FRESCA

Ainda por muito tempo a principal fonte de geração de energia elétrica no Brasil continuará sendo a água. Situação semelhante só é encontrada na Noruega. Um privilégio, pois o custo da geração hidráulica é um dos mais baixos, assim como o impacto que causa ao ambiente. Na relação custo/ benefício, a geração hidráulica dá de 10 a zero. Porém, a energia solar parece ser a bola da vez,

especialmente porque permite a chamada geração distribuída, próxima ao centro de consumo. Seja no telhado de uma casa ou em uma área de condomínio, se as placas fotovoltaicas estiveram posicionadas de modo a receber o máximo de raios solares, é até possível que o consumidor passe a ser também “exportador” de energia, repassando o excedente para a rede local de distribuição de eletricidade, em acordo com as concessionárias. Empresas peso pesado, como a Engie (grupo belgo-francês, que é o maior gerador privado de eletricidade no país) estão apostando firmemente no segmento. Compraram participação relevante em uma companhia start up (iniciante) e vão acabar qualquer dia desses batendo à sua porta, oferecendo o serviço.

No entanto, além de exigir um investimento inicial relativamente elevado, sem raios solares diretos (que “transportam” os fótons, descritos por Einstein no papel, bem antes de qualquer experiência de comprovação), não há geração. Trata-se de fonte renovável, mas intermitente. Não dá para contar com ela em todos os momentos. Isoladamente, não funciona. O que o Brasil tem ainda de abundante são os aproveitamentos hídricos e também urânio, que pode ser enriquecido e usado como combustível de reatores nucleares. No caso, da hidroeletricidade, as empresas geradoras listaram 120 aproveitamentos de médio porte espalhados pelo país. Seriam usinas com capacidade de geração entre 200 e 1000 megawatts. Quando a grande hidrelétrica de Belo Monte estiver a plena carga, a capacidade de geração de eletricidade no país estará próxima a 150 mil megawatts, dos quais consumimos aproximadamente 70 mil MW nos horários de pico, cada vez menos concentrados ao longo do dia. Estaria sobrando energia se todas as usinas tivessem condições de funcionar a plena capacidade. Mas não é assim.

Quando os rios e os reservatórios estão cheios, na época de chuvas fortes, as hidrelétricas podem funcionar a plena carga. Mas, no período seco, se não tiverem reservatório para armazenar água, têm de ir desligando as turbinas. Então, na média, o sistema funciona com 50% de sua capacidade. O Brasil desistiu de armazenar água porque isso geralmente exige a formação de enormes lagos artificiais, alagamento de terras férteis, remoção de núcleos urbanos e inundação de florestas. O licenciamento ambiental de uma hidrelétrica está condicionado ao atendimento de grande número de exigências, incluindo compensações em projetos sociais. Nesse processo, quase sempre o investidor tem de arcar com despesas que deveriam ser de responsabilidade do poder público. Na ausência dele, a sociedade se mobiliza para conseguir realizar antigos anseios e pressiona ao máximo o empreendedor.

Se o investidor não se dispuser a absorver esse custo, esbarrará em fortes resistências, às vezes incontornáveis. Daí que os grupos privados estão se desinteressando pelas grandes hidrelétricas e se voltando para aproveitamentos de porte médio, a maioria a fio d’água, ou seja, usando o fluxo natural dos rios,

sem armazenamento (esse conceito não significa que junto às barragens não se formem lagos; a gigantesca Itaipu é uma usina a fio d'água, porque o volume que recebe do Rio Paraná é o mesmo que passa por suas turbinas). Esses 120 aproveitamentos listados enfrentarão dificuldades de licenciamento. E o desafio será viabilizá-los economicamente. Não têm as vantagens das grandes hidrelétricas (que ganham na geração em larga escala) ou das pequenas centrais, até 30 megawatts, que não pagam pelo transporte da energia gerada. A alternativa é a construção de usinas térmicas, sendo que muitas queimam carvão ou óleo. A economia brasileira precisa ampliar e melhorar sua infraestrutura. E o setor elétrico é um dos mais propensos a receber investimentos privados. Sem a garantia de que teremos energia firme, disponível, não dá, por exemplo, para substituir parte da frota de veículos por carros elétricos, menos poluidores. Então, o que estamos esperando?

Na Ásia

A economia do Sudeste da Ásia continua surpreendendo. Enquanto no resto do mundo o crescimento econômico anda devagar ou desacelerando, os dez países que compõem a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) aumentaram sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do planeta de 1% para 3,4%, segundo estudo da PwC. Com 635 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 2,7 trilhões, os dez países da Asean, juntos, já formariam a sétima economia do mundo. Respondem por 7% das exportações globais, ficando atrás apenas da União Europeia (24%), Estados Unidos (13%) e China (9%). O Brasil tem menos de 2%. O que não falta no Sudeste da Ásia é gente para trabalhar: 430 milhões de pessoas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Indústria têxtil e de veículos puxam consumo de energia no mercado livre

Mercado Aberto

Os setores de carros e de têxteis puxaram o consumo de energia no mercado livre, em que clientes de grande porte escolhem de qual gerador comprar. A demanda inteira teve alta de 3,1%- As informações são da CCEE. No acumulado do ano, no entanto, o desempenho não teve o mesmo vigor, afirma Roberto Castro, membro do conselho de administração da câmara de comercialização. "Faz dois meses que nós observamos esse crescimento puxado por bens de capital, mas em 2017, até agora foi um crescimento de 1%." O ano começou com diminuição de demanda, diz Angela Saraiva, diretora

de gestão da comercializadora Electra. A melhora se iniciou em maio. “Nossos consumidores tiveram uma alta, em outubro, de 4% em relação a 2016.” Na Comerc, o consolidado de 2017 é de uma alta de 1,56% na comparação com o ano passado. “Há mais otimismo no mercado, ainda que algumas indústrias levem tempo para se recuperar”, diz o presidente Cristopher Vlavianos. Na empresa, veículos e autopeças cresceram 5,2%, enquanto materiais de construção consumiram 4,58% a menos de energia neste ano. No mercado como um todo também há muita variação. Segmentos como mineração e químicos apresentaram retrações em outubro, aponta a CCEE. O consumo global de energia ainda é inferior ao de 2014, aponta a entidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Paralisadas por pedras no rio, eclusas de Tucuruí já consumiram R\$ 1,6 bilhão

Infraestrutura. Concluído há 7 anos, canal navegável que poderia ajudar no escoamento de grãos pela região Norte do País segue inoperante pois aguarda retirada do Pedral do Lourenço do leito do rio; obra deve começar em 2018, ao custo de R\$ 520 milhões

No momento em que se promete a retomada e conclusão de obras de infraestrutura para enfrentar a precariedade da logística nacional, o governo mantém, há sete anos, duas eclusas bilionárias completamente inutilizadas, estruturas que poderiam transformar a realidade do escoamento de cargas pela região Norte do País, mas que hoje só produzem prejuízos milionários aos cofres públicos. Em novembro de 2010, foram inauguradas as duas eclusas de Tucuruí, no Pará, estruturas formadas por um canal e elevadores de água para vencer grandes desníveis e propiciar a subida e descida de embarcações. A obra foi entregue depois de mais de 30 anos de obras, paralisações e investimentos que, em preços da época, consumiram mais de R\$ 1,66 bilhão. Erguidas na barragem da hidrelétrica de Tucuruí, as estruturas prometiam viabilizar uma hidrovia de mais de 500 quilômetros de extensão no rio Tocantins, ligando Marabá ao porto paraense de Vila do Conde, em Barcarena. Não era segredo, porém, que, para que essa navegação se concretizasse, era preciso retirar uma corredeira de 43 quilômetros de pedras do rio, o chamado “Pedral do Lourenço”, localizado acima da barragem.

As pedras impedem a passagem das embarcações nos períodos de seca, por pelo menos cinco meses do ano. Nada foi feito. O resultado é que, sete anos depois, em vez de eficiência logística, o que se produz é um enorme prejuízo. São pelo menos R\$ 3,6 milhões por ano gastos na manutenção de uma estrutura

paralisada. De 2010 para cá, R\$ 25,2 milhões já foram gastos. E mais prejuízo está a caminho. Pelo cronograma atual do governo, a retirada do pedral só deverá se concretizar em 2022, isso se não ocorrer mais nenhum imprevisto. Serão mais cinco anos sem operação, elevando perdas a R\$ 43,2 milhões. Carga. A capacidade de transporte de cargas pela hidrovía, a partir da operação total das eclusas, é estimada em até 40 milhões de toneladas por ano. Até hoje, no entanto, passaram pelo canal algumas poucas embarcações, que carregavam algo em torno de 150 mil toneladas, menos de 0,5% de seu potencial. Desde o ano passado, apurou o Estado, está vencido o contrato de manutenção que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), responsável pelas eclusas, mantinha com a Eletronorte, subsidiária da **Eletrobrás** que administra a hidrelétrica de Tucuruí e as eclusas.

O Dnit chegou a atrasar pagamentos devidos à Eletronorte e hoje acumula dívida perto de R\$ 5 milhões com a estatal. Entre 2010 e 2015, o Dnit tentou licitar a retirada do pedral. Foram três licitações fracassas, por causa de uma série de questionamentos sobre preços e erros técnicos, até que, finalmente, foi contratada, em fevereiro de 2016, a empresa DTA Engenharia, por R\$ 520,6 milhões. Cabe a essa empresa fazer o processo de licenciamento ambiental do projeto e retirar as pedras do rio. Até hoje, porém, praticamente nada avançou. Bichos. Passados quase dois anos da assinatura do contrato, a empresa conseguiu com o Ibama, em agosto deste ano, uma “autorização de captura, coleta e transporte de material biológico (Abio)”. Na prática, é apenas de uma liberação para estudar bichos, peixes e plantas da região, uma fase embrionária do processo de licenciamento.

“Temos buscado todo tipo de apoio possível para tentar acelerar esse prazo. A hidrovía é um processo irreversível e temos que usá-la. Não tem como abrímos mão disso”, disse o ministro da Integração, Helder Barbalho, que é do Pará e tem interesses políticos no projeto. Em 1981, foram iniciadas as obras da primeira eclusa, que foram paralisadas em 1989. Em 1998, o Ministério dos Transportes retomou o projeto, mas ele voltou a parar em 2004. Em 2006, então, as obras foram retomadas, sendo concluídas em 2010. Entre a construção da hidrelétrica de Tucuruí e de suas eclusas, passaram-se quase 30 anos. Agora, entre a conclusão das eclusas e a retirada do pedral, serão pelo menos 12 anos. A relevância do projeto fica mais clara quando se verifica seu impacto na matriz de transportes do País. Os dados do Dnit apontam que apenas um comboio médio de 150 metros de comprimento, com capacidade de carregar 6 mil toneladas, tiraria das estradas 172 carretas de 35 toneladas de capacidade. As hidrovias, no entanto, não respondem sequer por 5% do transporte nacional de cargas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Ciência**Autor:** Paulo de Tarso Lyra**Título:** A China sobre rodas sustentáveis

Pequim — País que mais emite gases provocadores do efeito estufa — impressionantes 2,49 gigatoneladas derivadas de combustíveis fósseis e produção de cimento —, a China resolveu investir de vez na produção de carros elétricos. As ruas de Pequim, floridas e arborizadas como poucas megalópoles mundiais, não escondem o ar embaçado, que dificulta a visualização dos prédios mais altos. Por isso, apostar em pesquisa na produção de veículos que não utilizam combustíveis se tornou uma obsessão no país que não para de crescer.

A questão parece tão séria que o porta-voz de uma das principais empresas do país, a Baic Bjev, não é um mero executivo. Ele é vice-secretário do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, dando um claro sinal de que essa é uma política realmente de estado. “Nós somos a primeira empresa a apostar, em larga escala, em veículos que utilizam a chamada nova energia”, afirmou Lian Qing Feng.

A empresa está em primeiro lugar no mercado interno e em quarto lugar no mercado mundial, atrás de Estados Unidos, Japão e Alemanha, competidores que eles pretendem superar em pouco tempo. “Contamos com o apoio governamental para atingirmos nossas metas”, disse o executivo “Queremos ser os maiores produtores mundiais em um prazo de cinco anos”, projetou.

O plano parece ser — e é — ambicioso. Mas, se for analisada a história da empresa, as expectativas parecem ser bem factíveis. Ela tem oito anos de existência e conta com 2 mil patentes registradas. A menina dos olhos da empresa ainda está para ser lançada. Trata-se de um esportivo de luxo, com capacidade para chegar a 260km/h de velocidade final. É o Arcfox-7, que poderá ser utilizado tanto na versão passeio quanto em competições esportivas pelo mundo. Para os consumidores comuns, ele sairá a US\$ 300 mil. Já os que serão utilizados em pistas de corridas, o valor subirá para US\$ 600 mil. “Nossa intenção é promover uma grande transformação no mercado de automóveis”, completou Lian.

Como tudo na China, os níveis de investimentos são guardados em sigilo, sob o argumento de não fornecer dicas de negócios para possíveis concorrentes. Lian lembra, contudo, que não adianta apenas pensar na produção de veículos, mas nos pontos de abastecimento dos carros elétricos. O diretor-presidente da Baic orgulha-se do dia em que a empresa recebeu a visita do presidente chinês, Xi Jinping. “Ele veio pessoalmente nos incentivar e dizer que temos de continuar a

avançar em nossa estratégia de modificar o conceito de carros chineses”, relembrou.

Os carros atuais que adotam a nova tecnologia têm autonomia de 400 quilômetros. Mais uma vez, o Arcfox-7, cuja previsão de lançamento é julho do ano que vem, é inovador: com a mesma carga, conseguirá rodar 500 quilômetros. Mas a empresa não produz apenas veículos esportivos. Parte da frota chinesa de táxis já é elétrica e sai das fábricas da Baic. A empresa também vende modelos populares, como o Lite, que vem em diversas cores e com preços que variam de US\$ 16 mil a US\$ 19 mil.

Ou modelos mais requintados, como o PJU EH300, um sedã de bancos de couro. Ainda assim, os valores são atraentes, especialmente se comparados aos preços adotados no mercado brasileiro. A unidade do sedã sai por US\$ 40 mil. A justificativa é de que, como o veículo é muito utilizado por autoridades governamentais e integrantes do alto escalão do Partido comunista chinês, ele acaba tendo os preços subsidiados. O veículo foi lançado em 2014, durante a Asian Pacific Economic Cooperation, um fórum de 21 países-membros localizado no Círculo do Pacífico, que visa promover o livre comércio e a cooperação econômica em toda a região da Ásia-Pacífico.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor: Paulo de Tarso Lyra

Título: Bikes atravessam fronteiras

Os avanços no setor de carros elétricos coincidem com caminhos também promissores trilhados pelas bicicletas nas cidades chinesas. As duas principais empresas de aluguel de bikes protagonizam histórias de vertiginosa ascensão. Com dois anos da fundação, a Mobike aluga só em Xangai, segunda maior cidade do país, em média 25 milhões de bicicletas por mês, com perspectivas de ascensão. Em janeiro, foram 100 mil por dia na cidade de 24 milhões de habitantes. Um mês depois, o número subiu para 215 mil.

A empresa atende 20 cidades, quase todas elas na Ásia e na Europa. Nos Estados Unidos, apenas em Washington, e não há atuação na América do Sul. Os planos, segundo Hu Wei, fundadora da Mobike, são de difundir a ideia de uma alternativa de transporte. “Se nós quisermos pensar em lucros, podemos fazer isso agora. Mas esta não é nossa proposta para o momento. Nós queremos expandir o mercado”, declarou, em junho, em uma entrevista no Fórum Econômico Mundial, realizado em Dalian, na China.

Criada em 2014, a Ofo tem mais de 1 milhão de bicicletas espalhadas pela capital chinesa. “A nossa meta é que não haja cantos desconhecidos no mundo. Nós somos a primeira empresa de plataforma compartilhada de bicicletas livres em estações”, afirma a vice-presidente sênior da empresa, Nicole Nana. No ano passado, a empresa expandiu o mercado para o exterior e implantou bicicletas nos Estados Unidos, no Reino Unido e em Cingapura.

Ao todo, a Ofo tem 10 milhões de bicicletas em 180 cidades de 16 países, incluindo Austrália, Áustria, Cazaquistão, China, Cingapura, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Itália, Japão, Malásia, Inglaterra e Rússia. O volume de bicicletas utilizadas por dia chega a 25 milhões. Em cada 10 presentes nas ruas de Pequim, sete pertencem à empresa.

Investidores

Ambas as trajetórias têm chamado a atenção de investidores. O gigante Tencent, o maior e mais utilizado portal de serviços de internet da China, aportou recentemente US\$ 600 milhões para financiar as atividades da Mobike. Em julho passado, a Ofo recebeu fundos de US\$ 700 milhões do Grupo Alibaba e atraiu vários investidores chineses.

As iniciativas também têm em comum a postura empreendedora de seus criadores. A Mobike surgiu pela insatisfação de Hu Wei, à época jornalista de mobilidade que escrevia também sobre novas tecnologias no setor automobilístico. “Ela resolveu redefinir o conceito de compartilhamentos de bicicletas e tornar o veículo como o meio de transporte primário nas ruas chinesas”, diz o slide de apresentação da empresa.

Em 2014, David Dai e quatro colegas da Universidade de Pequim conseguiram convencer 2 mil estudantes a incluírem as bicicletas em uma espécie de registro privado, o qual poderia ser acessado por um aplicativo no celular. Surgiu, então, a Ofo.

* Os repórteres viajaram a convite da Embaixada da China

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor: Paulo de Tarso Lyra

Título: Mobilidade em números

Confira como o transporte se configura em duas cidades chinesas

Em Pequim, cidade com 21,5 milhões de habitantes, por dia:

Ônibus: 11 milhões de pessoas atendidas

Metrô: 10 milhões de pessoas atendidas

Bicicletas: 3,5 milhões de usuários

Táxi: 1,6 milhão de pessoas atendidas

Em Chengdu, cidade com 4,6 milhões de habitantes, por dia:

Metrô: 2,5 milhões de pessoas atendidas

Bicicletas: 3 milhões de pessoas atendidas

A quantidade de bicicletas nas ruas representa uma redução de 1,26 milhão de emissões de toneladas de CO2 por ano. Isso equivale às emissões feitas por 350 mil carros durante o mesmo período

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle e Daniel Rittner | De Brasília

Título: União fecha modelagem da Eletrobras

Mesmo depois de se desfazer do controle acionário da Eletrobras, a União manterá o direito de indicar o presidente do conselho de administração da companhia, segundo **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. O número de conselheiros passará de 10 (hoje duas vagas estão em aberto) para 11. Apenas um deles - justamente o presidente - será designado pelo governo.

Em outra decisão relevante, a megausina de Tucuruí deve ter o contrato renovado antecipadamente por 30 anos. A concessão da hidrelétrica - maior em território nacional - expira em 2024 e o prolongamento do prazo garante mais receitas ao Tesouro.

Em entrevista ao **Valor** na sexta-feira, enquanto sua equipe corria para finalizar o texto do projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras, Coelho Filho detalhou a modelagem e o cronograma do processo. O texto será remetido hoje ao Palácio do Planalto e deve chegar ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, como um PL em regime de urgência. A expectativa é vê-lo aprovado na Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar de fim de ano e no Senado ainda no primeiro trimestre de 2018.

A aprovação requer maioria simples e 55,4% dos deputados se declaram favoráveis à privatização, indica sondagem contratada pelo governo junto à FSB Pesquisa e concluída no dia 30 de outubro. Apenas 32,4% rejeitam a perda de controle. O restante não soube opinar ou relata que ainda não tem opinião formada.

Com o projeto sancionado, a Eletrobras convocará uma assembleia geral de acionistas para junho. A União se absterá de votar. "Queremos evitar a repetição do que aconteceu com a MP 579", afirmou o ministro, referindo-se à malfadada medida provisória assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012. Naquela ocasião, o governo fez valer sua voz como acionista majoritário e a estatal concordou com a renovação antecipada de suas usinas hidrelétricas, contrariando os minoritários. A decisão foi questionada pelos pequenos investidores e houve condenação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas sem consequências práticas.

Em tese, a partir da assembleia de acionistas, a operação para aumento de capital da Eletrobras poderia ocorrer imediatamente. O governo prefere, no entanto, fazer um "road show" para divulgar a operação e esperar as férias de verão no Hemisfério Norte. "Há grande interesse do mercado. O perfil vai ser muito de fundos de investimentos, fundos de pensão, investidores externos", disse Coelho Filho. Pelo cronograma desenhado, a capitalização ocorreria apenas em outubro ou novembro de 2018, ao término das eleições.

Uma "golden share" será preservada para impedir que decisões estratégicas sejam tomadas à revelia da União. Essa ação de classe especial, que já existe na Vale e na Embraer, vai assegurar a permanência das sedes de cada subsidiária nas atuais cidades: Furnas no Rio de Janeiro, Chesf em Recife, Eletronorte em Brasília, Eletrosul em Florianópolis.

O modelo prevê ainda que nenhum acionista terá condições de fazer oferta hostil para a compra da companhia. O voto de cada acionista - inclusive da União - ficará limitado a um teto de 10% do capital, conforme havia antecipado o **Valor** na semana passada. Isso garantirá um controle pulverizado. Haverá cláusulas impedindo que grupos de acionistas se juntem em blocos para dar as cartas na empresa.

A previsão inicial do governo era arrecadar R\$ 7,7 bilhões em 2018 com o bônus de outorga pago pela "descotização" de 14 usinas hidrelétricas da Eletrobras. Desde a MP 579, elas operam no regime de cotas e praticam preços muito baixos, capazes de garantir apenas sua manutenção. Com a mudança em lei, poderão receber tarifas de mercado. Em troca, vão pagar um bônus de outorga para o Tesouro.

No envio do projeto de lei orçamentária, a estimativa já foi revisada para R\$ 12,2 bilhões. Esse valor engloba um novo contrato para a megausina de Tucuruí, no Pará, cuja concessão expira em 2024. Ela terá o vencimento antecipado e ganhará mais 30 anos de exploração. Com isso, o governo poderá cobrar outorga maior.

A prorrogação de Tucuruí já tem respaldo legal. Com base na Lei 9.074, de 1995, o governo pode estender os contratos de serviços públicos e receber por isso quando ocorre uma transferência dos ativos à iniciativa privada.

Coelho Filho fez questão de deixar claro, no entanto, que isso não faz parte de um eventual "plano B" para garantir receitas à União em caso de demora do Congresso em aprovar o projeto de lei. Até porque a base legal para essa prorrogação só existe no momento em que a Eletrobras se tornar privada. "Estamos trabalhando apenas com o plano A".

O bônus de outorga será dividido em três partes. Apenas a da União - estimada em R\$ 12,2 bilhões - será à vista. A segunda parte ficará com a própria Eletrobras e a terceira irá para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o fundo que banca subsídios no setor. Ambas terão pagamento em prestações anuais. No caso da CDE, a expectativa do ministro é que isso seja suficiente para amortecer o impacto da alta de tarifas provocada pela "descotização", deixando o aumento nas contas de luz "perto de zero".

Otimista com a venda das seis distribuidoras atualmente controladas pela Eletrobras, em um processo que corre em paralelo à privatização da holding e deve ocorrer até abril, Coelho Filho disse ter recebido manifestações de interesse de pelo menos cinco grupos privados nos ativos: CPFL (comprada recentemente pela chinesa State Grid), Neoenergia, Equatorial, Energisa e Enel.

Para o ministro, um eventual desdobramento da venda é o avanço na consolidação do segmento. A italiana Enel venceu o leilão da goiana Celg e a Energisa ficou com as antigas distribuidoras do Grupo Rede, que sofreram intervenção em 2012. Seis empresas estão sendo licitadas pela Eletrobras: Amazonas Distribuidora, Eletroacre, Ceal (AL), Cepisa (PI), Ceron (RO) e Boa Vista (RR).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Claudia Safatle | De Brasília

Título: Ministro defende aumento de tarifa para viabilizar conclusão de Angra 3

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve avaliar, provavelmente no início de 2018, uma solução definitiva para as obras da usina nuclear de Angra 3. Na avaliação do Ministério de Minas e Energia, que preside o colegiado, será preciso dobrar a tarifa do projeto para viabilizá-lo economicamente. Mas vale a pena permitir esse aumento no valor do megawatt-hora e acertar com um parceiro estrangeiro a conclusão da usina, defendeu o **ministro Fernando Coelho Filho**, em entrevista ao **Valor**.

A estatal Eletronuclear já gastou R\$ 8 bilhões na construção de Angra 3, cujas obras foram reiniciadas em 2009 como um dos destaques do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Elas estão com 58% de avanço, mas foram paralisadas em meio à fragilidade das contas públicas e às investigações da Operação Lava-Jato, que atingiram em cheio as empreiteiras responsáveis pelo empreendimento. Os estudos do governo apontam a necessidade de investimento de mais US\$ 3 bilhões - quase R\$ 10 bilhões pelo câmbio atual - para terminar a usina. Diante da magnitude do desembolso, uma das opções consideradas passou a ser meramente o abandono do projeto.

"Esse é um dinheiro que o governo não tem", afirma Coelho Filho. Pelo menos quatro grupos estrangeiros já demonstraram publicamente interesse em uma parceria com o governo brasileiro para concluir a usina: China National Nuclear Corporation, Kepco (Coreia), EDF (França) e Rosatom (Rússia). "Como é que se traz um investidor de fora sem lhe dar o direito de recuperar o valor investido por meio de tarifa? Aí ninguém faz", argumenta.

Ao aprovar a retomada da usina, o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu uma tarifa de R\$ 211 por MWh para Angra 3, em valores já corrigidos pela inflação. De acordo com o ministro, cálculos feitos por consultorias externas indicam a necessidade de elevar esse preço para algo perto de R\$ 400 a fim de dar viabilidade ao projeto.

"A gente [MME] acha que tem que continuar. É uma energia firme e tem muito dinheiro já colocado", diz Coelho Filho. A usina tem uma capacidade prevista de 1.405 megawatts (MW). "É melhor ter uma tarifa a R\$ 400 do que outras térmicas rodando a um preço ainda maior", afirma.

Acertar isso é o primeiro passo para retomar o empreendimento com um parceiro de fora. "Estamos vendo se conseguimos na reunião de dezembro [do CNPE], mas acho que está muito em cima, ou se fica para a primeira reunião do ano que vem. O privado só faz proposta concreta se houver mudança de tarifa. Aí saberemos está realmente interessado."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Claudia Safatle e Daniel Rittner | De Brasília****Título: Governo rejeita alíquota fixa de 4% para minério e vê chance de acordo**

O governo rejeita a mudança, feita no Congresso Nacional, que aumenta os royalties do minério de ferro para uma alíquota fixa de 4%. "É difícil a gente aceitar porque penaliza muito [as empresas]", disse ao **Valor** o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, em referência às alterações promovidas na medida provisória publicada em julho.

A MP 789 elevou os royalties, mas por meio de uma tabela progressiva, conforme a cotação do minério no mercado internacional. Hoje a alíquota é de 2% das receitas líquidas com a extração de ferro. A proposta do governo trocava o critério para faturamento bruto, excluindo despesas como frete, e envolvia um sistema de "bandas" para o minério.

A alíquota ficaria em 2% quando o preço internacional estiver abaixo de US\$ 60 por tonelada, mas subiria gradualmente - com três faixas intermediárias - até atingir 4% nos momentos em que a commodity passar de US\$ 100.

O texto original foi modificado pelo relator da MP, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), que definiu uma alíquota fixa de 4% para o metal. A mudança atende a pedidos dos municípios mineradores, principalmente no Pará e em Minas Gerais, que ficam com 65% de todo o caixa gerado com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem).

"O escalonamento é mais justo economicamente com todo mundo, mas o Congresso tem toda a legitimidade para fazer essas mudanças", afirma Coelho Filho.

Sem dizer taxativamente se o ministério recomendaria ou não veto presidencial à alíquota de 4%, ele confirma a existência de negociações para um acordo em torno de um percentual fixo de 3% - uma espécie de meio-termo entre a proposta original do governo e o relatório do deputado.

Uma preocupação é com o prazo de vigência da MP, que expira no dia 28. Ela ainda precisa ser aprovada na Câmara e no Senado. Levando em conta o feriado de quarta-feira, que praticamente paralisa as atividades do Congresso, restaria pouco mais de uma semana para completar a tramitação. "A informação que eu tive da Câmara é que ela votaria", diz o ministro, confiante em que a proposta não vai caducar.

Outras duas medidas provisórias do setor estão na mesma situação. A MP 790 estabelece 23 mudanças no atual Código de Mineração, que está em vigência desde 1967, como o prazo de duração das pesquisas para novas jazidas e a responsabilidade expressa do minerador de recuperar áreas ambientalmente degradadas. Já a MP 791 cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), no lugar do DNPM, responsável atualmente pela regulação e fiscalização do segmento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Relatoria dos projetos ficará com aliado do ministro

Com mais de uma década de atuação em empresas do setor de energia, o deputado federal Fabio Garcia (sem partido-MT) será o relator dos dois projetos de lei que permitirão a privatização da Eletrobras e que o governo Temer deve encaminhar nos próximos dias à Câmara dos Deputados. Garcia saiu do PSB e está sem partido há um mês. É aliado do **ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a quem cabe definir o relator, já decidiu deixar com Garcia a articulação dos dois projetos. Apesar da complexidade do assunto e do pouco tempo útil até o fim do ano, agravado pelo fato de o governo ainda não ter enviado as propostas, a intenção de Maia é aprovar os projetos da Eletrobras ainda em dezembro para que o Senado possa discuti-los a partir de fevereiro.

Garcia está no primeiro mandato, mas tem experiência no tema. Formado em Engenharia Civil pela PUC de Campinas, trabalhou por quatro anos na Enron, no Brasil e nos EUA. Viveu os momentos derradeiros da empresa, que já foi a líder global em distribuição de energia, mas faliu na década passada por fraudes. Também atuou na área de projetos da Abengoa (Espanha).

Voltou ao Brasil como presidente de um grupo de empresas de energia no Mato Grosso controladas pela Ashmore Energy International (AEI), onde ficou de 2007 a 2012, quando ingressou na política como secretário de Governo da Prefeitura de Cuiabá. Presidiu o Sindicato de Energia do MT e foi dirigente da federação de indústrias local.

Faz parte, junto com o ministro de Minas e Energia, do grupo do PSB que negociava a filiação ao DEM por discordar do rompimento do partido com o governo.

Garcia evitou comentar os projetos e o novo modelo do setor elétrico, dizendo que a relatoria ainda não está confirmada e que não leu as propostas, mas defendeu que o setor energético brasileiro está hoje "maduro" para as privatizações. "Pela ausência de capacidade fiscal do governo, é o setor privado que está crescendo nessa área de energia", analisou. Outra parte do plano de privatização, que trata do risco hidrológico e de distribuidoras da região Norte, será encaminhado por medida provisória (MP). O relator dessa proposta ainda não está definido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Executivos pedem cuidado com renovação em agência

Às vésperas de mudanças importantes na cúpula da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), um grupo de altos executivos do setor levou ao governo sua preocupação em torno das indicações de novos diretores para o órgão regulador. O pedido de cuidado na escolha dos futuros dirigentes da agência, buscando uma blindagem contra influência política, foi apresentado **ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, em audiência realizada na semana passada.

Além do presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, estavam representantes dos principais investidores em energia elétrica no país: CPFL, Neoenergia, AES, Engie, Eneva, EDF e Enel.

De acordo com Sales, o objetivo foi levar o reconhecimento de avanços no diálogo entre empresas e ministério para a tomada de decisões, mas também expressar a necessidade de "critérios meritocráticos" na sucessão da Aneel.

São cinco vagas na diretoria da agência. Uma já foi desocupada no fim de outubro: a de José Jurhosa. No dia 14 de janeiro, expira o mandato de Reive Barros. Os outros três - incluindo o diretor-geral, Romeu Rufino, além de André Pepitone e Tiago Correia - só estão garantidos até agosto.

Para Sales, cinco fatores são considerados "indispensáveis" nas próximas escolhas: formação acadêmica robusta, manifestação evidente de notório saber, ampla e diversificada experiência no setor elétrico, desejável passagem pela iniciativa privada, maturidade profissional. "As agências são fundamentais para o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas reguladas", afirma o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Claudia Schüffner | Do Rio****Título: Melhoram as perspectivas para o setor de óleo e gás**

Depois da realização de três bem sucedidos leilões de áreas de petróleo, o governo quer mostrar que o Brasil tem uma indústria competitiva de óleo e gás que deve reagir com a previsão de aumento da demanda por serviços. "Existe um lado competitivo da indústria e a ideia é mostrar. Há empresas competitivas dentro da própria Abimaq", afirma o secretário de Petróleo e Gás **do Ministério de Minas e Energia (MME)**, Márcio Félix Bezerra. Ele refere-se à Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. Cita como exemplo empresas que exportam a partir do Brasil, as multinacionais Caterpillar e a Tenaris.

Evento para mostrar o "circuito virtuoso" da indústria brasileira que acontece hoje na sede da Firjan, no Rio. "Queremos deixar claro que o Brasil tem polos competitivos. Operadores ou afretadores que irão construir novas unidades devem conhecer essas empresas, com qualidade e padrão internacionais", diz o engenheiro Marcos Assayag, novo diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip).

Assayag, que já ocupou vários cargos executivos no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) da Petrobras, observa que no caso da Caterpillar, mesmo sendo uma empresa "top" as encomendas são feitas no exterior. "A Caterpillar é conhecida mundialmente, é competente, mas os afretadores compram da empresa na Alemanha e não na do Brasil", exemplifica.

Agora o MME, com apoio da Onip e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, quer estimular a apresentação das brasileiras para fornecedoras de bens e serviços que serão contratadas pelas petroleiras. "Se falava no passado que se pagava mais caro [no Brasil]. A ideia visitar as indústrias e mostrar que são competitivas. E, caso não forem, é preciso correr atrás", afirma Assayag.

Segundo Félix Bezerra, o governo busca incentivar com equilíbrio. "As empresas instaladas no Brasil podem ser competitivas e atuar em todo o Atlântico Sul", diz. Devido à proximidade geográfica, é possível acessar os mercados da África que produzem petróleo, o que é um sonho antigo da indústria brasileira. Existe uma excelente oportunidade nascendo com empresas que têm demandas", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Assis Moreira | De Genebra****Título: G-20 faz compromisso para evitar guerra global do aço**

As principais economias desenvolvidas e emergentes do mundo deverão se comprometer no fim deste mês com um conjunto de princípios para reduzir o excesso de capacidade no setor siderúrgico mundial e evitar uma guerra comercial do aço, conforme o **Valor** apurou.

Em reunião em Berlim, na semana passada, os "sherpas" - representantes pessoais dos chefes de governo e de Estado - dos países do G-20 avançaram em um compromisso multilateral com a participação do governo americano de Donald Trump.

Um relatório deverá ser aprovado e divulgado em reunião ministerial no próximo dia 30 na capital alemã, incluindo o compromisso desses países de respeitar orientação de mercado, política de concorrência, não dar mais subsídios que possam provocar excesso de capacidade e causar distorções no mercado.

A China, principal alvo por seu excesso de capacidade e exportações baratas de aço, insistiu para que os outros países se comprometessem com metas de redução de capacidade, como fez Pequim, o que foi rejeitado pelos parceiros.

Sob pressão internacional, o governo chinês estabeleceu em 2016 o objetivo de reduzir entre 100 milhões e 150 milhões de toneladas a capacidade de aço bruto ao longo de cinco anos. Isso implica uma redução entre 9% e 14% da capacidade estimada do país, de entre 923 milhões e 973 milhões de toneladas. Cerca de 500 mil operários chineses precisam ser realocados para outros setores, ou 15% do total. A redução, por sua vez, tornará a capacidade mais próxima do consumo.

O diagnóstico do relatório é de que desde 2014 a China tem reduzido seu excesso de capacidade, mas de maneira ainda muito devagar. E os outros países, em geral, argumentam que, se elevam sua capacidade de produção de aço é com base na situação do mercado - caso da Índia, onde a demanda aumentou bastante - e não turbinados por subsídios e outras medidas governamentais, como ocorreu na China.

O compromisso do G-20 pode parecer mínimo, mas é o possível neste momento, conforme alguns negociadores. Primeiro, a China demorou para aceitar a criação do Fórum Global para reduzir o excesso de capacidade, que

começou a funcionar em dezembro de 2016. Em seguida, os chineses resistiram a fornecer números de sua capacidade.

Em abril, o confronto aumentou quando o governo de Donald Trump lançou uma investigação especial sobre a importação de aço com base na seção 232 de uma lei de 1962, que autoriza a Casa Branca a limitar importações se elas representarem uma ameaça à segurança nacional.

Em julho, na cúpula do G-20 em Hamburgo, a chanceler alemã Angela Merkel convenceu os parceiros, em particular os EUA, a dar uma última chance ao sistema multilateral para resolver o problema de excesso de capacidade global no setor de aço.

Após cinco reuniões, na qual os chineses e os outros países passaram a fornecer os dados e a transparência aumentou, o fórum global chega agora a um pacote. Continua pendente, no entanto, qual será o período de monitoramento sobre os países, se quatro vezes por ano, como querem alguns, ou apenas duas vezes, como defende a China.

"O Brasil tem interesse em que esse exercício de cooperação multilateral dê resultado, o G-20 mostre a sua utilidade de maneira concreta e evite tensões que poderiam ocorrer", afirmou o "sherpa" brasileiro no bloco e subsecretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey.

Mas vários países ainda veem riscos de o governo americano acabar impondo sobretaxas, indiferente ao compromisso na capital alemã. Se isso acontecer, os mais atingidos pela decisão não serão a China, mas os principais exportadores da matéria-prima para os EUA - o Canadá (de onde saem 17% do aço comprado pelos americanos), o Brasil (13%) e ainda a Coreia do Sul (12%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Dando sanidade ao setor de gás natural

O setor energético, de forma geral, anda bastante agitado nos últimos meses. Uma razão para isso é a overdose de notícias, boas ou más, em quase todos os casos tratando de reformas, isto é, de estratégias para corrigir erros do passado, alguns deles sem explicação racional. No segmento de energia elétrica, a Consulta Pública 33, do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, traça as linhas básicas para um novo modelo, que tem na coerência de custos, na ampliação do mercado e na privatização da Eletrobrás seus fatores-críticos. São importantes desafios para o governo. São mudanças que mexem com interesses diversos,

com demandas que ganham com a irracionalidade, que só agregam custos à estatal.

Mas aqui quero falar do conjunto de excentricidades que caracterizam o setor de gás natural, daquelas cujas explicações só podem ser entendidas por quem delas saem bem aquinhoados ou por meio de lógicas tais como a do endowment effect (efeito dotação). Por esse efeito, estudado, dentre outros, por Richard Thaler, ganhador do Nobel da Economia deste ano, costuma-se supervalorizar a posse de um bem que normalmente não é comercializado, como é o caso do poder de monopólio. O poder de monopólio não é vendido no mercado, mas obtido de regulamentos e normas impróprias, engendradas de forma proposital ou não. Essas bizarrices, porém, podem ser corrigidas. Darei aqui dois exemplos delas.

Mas antes é preciso resumir a norma pretendida pelo Governo, e apoiada por ampla maioria dos agentes de setor do gás, para livrá-lo do peso da ineficiência. Tudo começou há cerca de 2 anos por uma iniciativa chamada de Gás para Crescer, cujas propostas, depois de consolidadas pelo MME, acabam de ser transformadas em projeto de lei.

Em linhas gerais, a proposta consiste em tornar efetivo o mercado livre da molécula de gás, sendo determinante para isso a desverticalização do serviço de transporte, que passaria a ter a coordenação de uma organização independente. Atualmente, não há quem conheça qual a capacidade livre disponível para o transporte, o que é essencial para o acesso de outros produtores ou comercializadores ao mercado de gás. É o autêntico caso de monopólio, com danos para os consumidores potencializados pela falta de transparência no uso da infraestrutura de transporte.

Sucedem que a Petrobras já aceita abrir mão desse monopólio perverso, tanto que participou ativamente do Gás para Crescer e já concretizou a venda de parte de sua rede de gasodutos. Em outras palavras, tal empresa pode ter entendido que, com a manutenção do monopólio verticalizado, todos perdem, inclusive ela. São claros os sinais de ineficiência do arranjo atual, ao que os economistas chamam de reflexos do peso morto do monopólio.

O mercado de gás configura-se como um monopólio e deveria ser fortemente fiscalizado pelas agências

Na distribuição local a situação é semelhante, com o agravante destacado já neste primeiro exemplo. Em algumas unidades da federação, as distribuidoras de gás, supostamente reguladas e fiscalizadas pelas agências estaduais, cobram uma tarifa pelo uso da rede de gasodutos, o que parece uma coisa óbvia. E em muitos casos cobram muito caro por isso. Porém, algumas dessas distribuidoras

não possuem 1m de gasoduto, sequer investiram em um pingo de solda. Só Deus e os consultores dessas empresas sabem como as tarifas foram fixadas. Até um usuário de gás cujas instalações de consumo ficam na "boca do poço" pode ter que desembolsar uma fortuna para pagamento à distribuidora pelo uso de equipamentos que jamais lhe foram colocados à disposição. É a típica regulação por "desaparição", que só existe no Brasil.

O argumento utilizado para essa esquisitice, pasmem, seria a condição de monopólio dada pela Constituição Federal de 1988. Nela até pode ser encontrado algum resquício de fundamento para a defesa do monopólio de movimentação das distribuidoras. Mas lá não é encontrado qualquer amparo para cobrança por serviço não prestado. São, assim, genuínas configurações de ganhos espúrios, vez que obtidos por meios estranhos e até proibidos pelas normas de defesa da concorrência. Na prática, mesmo que a Constituição tenha permitido o monopólio estadual na distribuição, isso não significa que tenha autorizado o uso do poder de monopólio para a fixação de tarifas abusivas.

O segundo exemplo é também característico do atual design do setor de gás natural, que incentiva a ineficiência, que tem na falta de transparência e na assimetria de informações seus elementos-chaves. Há cerca de 90 dias os consumidores começaram a ouvir aqui e acolá que a Petrobras estaria revendo seus contratos com as distribuidoras. Desde então, boa parte do tempo é gasta com esforços para obtenção de uma mísera cópia ou minuta desses contratos. As respostas das distribuidoras e dos reguladores estaduais, e mesmo o federal, é de que não podem liberar esses contratos, a menos que sejam excluídos os aspectos comerciais.

Que serventia teria tais contratos se deles são excluídos os preços e as cláusulas de penalidade ou de flexibilidade? Se as distribuidoras apenas repassam os custos dos seus contratos a montante para os consumidores, como eles saberiam que estão a pagar um preço justo? Se o fornecedor da molécula de gás, a Petrobras, é também o monopolista dos combustíveis alternativos, a quem os consumidores devem recorrer para fugir da armadilha do poder de monopólio?

Os consumidores estão sim vulneráveis ao poder de monopólio e, desta vez, de uma forma ainda mais perversa. Estão diante de uma situação caracterizada popularmente em uma canção de Silvério Pessoa como "se correr morre, se ficar apanha, eu vou deixar você em uma casa de aranha". Dado que o mercado livre de gás ainda não funciona e como o fornecedor desse energético é a mesma empresa que participa com mais de 85% da comercialização dos combustíveis alternativos, o mercado de gás configura-se como um monopólio, que, pelas razões apontadas alhures, deveria ser fortemente fiscalizado pelas agências reguladoras.

É por essas razões que a última esperança dos consumidores para que o setor de gás natural tenha alguma sanidade é o projeto de lei que surgiu do Gás para Crescer, apesar das resistências. Encontro em uma expressão popular a única forma de compreender a reação das distribuidoras e de seus apoiadores contra o referido projeto de lei: "não se deve espanar teias de aranha, para não espantar a felicidade e a sorte do dono da casa". Só assim para entender a objeção ao mercado livre e a defesa de receitas sem a devida prestação do serviço.

Edvaldo Santana é presidente da Abrace.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Brookfield faz oferta de aporte de R\$ 1,4 bi na Renova

Uma negociação que se arrastava há mais de quatro meses finalmente resultou em uma oferta firme da Brookfield Energia Renovável, empresa do fundo canadense de mesmo nome, para aportar R\$ 1,4 bilhão na Renova Energia. A proposta vinculante avalia a Renova em R\$ 6 por unit.

O fato relevante, divulgado no sábado, em conjunto por Renova e Light Energia, revela ainda que uma parcela futura de R\$ 1 por papel pode ser paga, a depender de qualquer valor que a Renova receber da futura venda do projeto eólico Alto Sertão II.

A Light Energia faz parte do bloco de controle da Renova, com 21,7% das ações ordinárias. A outra sócia é a Cemig Geração e Transmissão, com 45,8%.

Em 4 de julho a Brookfield fez uma oferta não vinculante para adquirir a fatia da Light Energia e capitalizar a Renova, que foi aceita pelo conselho de administração. Assim, a empresa ganhou exclusividade na negociação e entrou em processo de auditoria legal, a chamada "due diligence". A exclusividade venceu em 17 de outubro.

Caso a proposta vinculante de agora seja aceita, novamente a Brookfield terá 60 dias, prorrogáveis por mais 30, para preparar os documentos da transação. Tanto os controladores da Renova quanto os órgãos de governança da companhia serão acionados para aprovarem ou não a oferta.

Na sexta-feira, as units da Renova terminaram o pregão da B3 em estabilidade, cotadas a R\$ 7,63. Ou seja, mesmo com o pagamento futuro do "earn-out", o aporte primário da Brookfield significaria um deságio de 8,3%.

Junto com o fato relevante, a Renova divulgou erroneamente o balanço do terceiro trimestre, previsto para hoje após o fechamento do mercado. Segundo o documento, que foi posteriormente cancelado, o prejuízo líquido aumentou em 177%, na comparação anual, para R\$ 239 milhões, por conta de um resultado financeiro pior e baixas contábeis. Sua receita líquida subiu 43,3%, para R\$ 189,2 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Liminar obriga Petrobras a manter gás para TermoFortaleza, da Enel, pelo PPT

A italiana Enel obteve na última sexta-feira liminar do Tribunal Regional Federal (TRF-1) determinando que a Petrobras mantenha as bases originais do contrato de suprimento de gás natural para a usina TermoFortaleza. Na prática, com a medida, a estatal deve continuar fornecendo o combustível para a termelétrica, ao preço firmado no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), instituído no início dos anos 2000, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), para estimular a construção de térmicas e ampliar a oferta de energia na época.

A Petrobras havia informado à Central Geradora Termelétrica Fortaleza (CGTF), da Enel, que rescindiria o contrato do fornecimento de combustível à usina nas bases originais, no último dia 10. O motivo alegado pela petroleira é que os valores fixados no contrato eram muito inferiores ao preço do gás natural liquefeito (GNL) importado pela companhia para suprir a térmica.

A decisão do desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, porém, determina que "as agravadas [União, Estado do Ceará, Petrobras e Cegás] se abstenham de suspender o fornecimento do gás natural, nos termos e condições previstos nos atos normativos do PPT".

A discussão sobre o fornecimento de gás surge em um momento sensível do setor elétrico, devido ao baixo nível dos reservatórios e à necessidade de acionar térmicas. Recentemente, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) recomendou que a Petrobras resolvesse impasses para garantir o fornecimento de gás e o funcionamento de termelétricas no país.

Ao **Valor**, a Enel afirmou, em nota, que a decisão contribui para a manutenção da otimização do uso de recursos energéticos destinados a satisfazer as necessidades do país. A empresa acrescentou que "a liminar demonstra que o Brasil respeita as condições estabelecidas em contratos e em programas de Estado e reforça a segurança jurídica do ambiente de negócios no país". A Enel foi assessorada pelo escritório Sergio Bermudes no processo.

Procurada, a Petrobras não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Petrobras deve reverter prejuízo e fechar terceiro trimestre no azul

A Petrobras deve apresentar hoje ao mercado o quarto trimestre consecutivo de lucro líquido. Sem a previsão de repetir os 'impairments' (baixas contábeis por redução ao valor recuperável de ativos) que levaram ao seu último prejuízo trimestral, há um ano, a estatal deve fechar o terceiro trimestre com um lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões, segundo a média das projeções de quatro casas de análise consultadas pelo **Valor** (UBS, Santander, Itaú BBA e Morgan Stanley).

No terceiro trimestre de 2016, a empresa anunciou um 'impairment' de R\$ 15,7 bilhões, em função da queda na taxa de câmbio e alta do 'risco Brasil', e um prejuízo de R\$ 16,45 bilhões. Desde então, a companhia não reportou novas baixas contábeis. A reversão do prejuízo, no terceiro trimestre deste ano, contudo, deverá ser acompanhada de uma redução de 6,95% nas receitas líquidas, para uma média de R\$ 65,54 bilhões.

"Esperamos que a Petrobras divulgue resultados neutros neste trimestre. A receita terá ligeira diminuição na comparação com o segundo trimestre, já que o preço médio realizado caiu cerca de 4% no período", cita o relatório do Itaú BBA.

Ainda segundo o banco, apesar da revisão da política de preços dos combustíveis, que passou a adotar reajustes diários, a Petrobras não deve apresentar no terceiro trimestre uma recuperação de participação de mercado, já que as importações continuaram elevadas. O Itaú aposta, ainda, na manutenção dos cortes nos custos, além de despesas "sob controle".

"Os custos recorrentes devem ter se mantido em queda, depois das iniciativas de cortes de custos. O custo de extração em dólar deve ter leve alta no segundo trimestre, refletindo a menor produção e a apreciação do real. O refino deve ficar estável, enquanto as despesas gerais e administrativas estão sob controle", acrescenta o banco.

As quatro casas de análise consultadas projetam, ainda, uma alta de 1,25% no Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), ante igual trimestre de 2016, para uma média de R\$ 21,87 bilhões.

Com a estabilização da situação financeira da Petrobras, a expectativa do mercado com relação à companhia agora se concentra na definição da negociação do contrato da cessão onerosa com a União. O comando da petroleira trabalha com a possibilidade de a estatal ser credora no processo, tendo a receber recursos do governo, que poderão ser pagos em dinheiro ou petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De Cancún (México)

Título: Usiminas vislumbra cenário promissor para aços planos

A Usiminas, maior produtora de aços planos do país, enxerga recuperação mais rápida de seu mercado no ano que vem e quer se aproveitar dessa tendência vendendo mais produtos laminados a quente e a frio para reforçar o resultado, segundo o presidente da companhia, Sérgio Leite.

Em 2017, até agora, os aços galvanizados a quente estão sendo o carro-chefe do crescimento de vendas da siderúrgica. Esse tipo de aço é majoritariamente destinado ao setor automotivo, que vive bom momento, principalmente pelas maiores exportações.

Em entrevista ao **Valor**, o executivo revelou que sua expectativa é de crescimento em 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) durante 2018, em linha com a média dos economistas. Se isso se confirmar, o mercado de aços planos tem potencial para subir de 5% a 10% no país, por conta de sua elasticidade na economia.

Em relatório publicado na semana passada, o Citi calculou que o consumo de aços planos vai subir 6% no próximo ano.

"Vendemos mais galvanizados muito na esteira da recuperação da produção automotiva, mas bobina a quente é nosso principal produto e esperamos crescer no ano que vem", declarou Leite. "Por enquanto, o produto que tem pior perspectiva é a chapa grossa, com poucos projetos de energia eólica e petróleo e gás."

O executivo reclama principalmente do fato de as exigências de conteúdo local para a exploração de petróleo terem sido reduzidas - um pleito das petrolíferas, mas que encontra muita resistência na indústria de transformação. Para Leite, o governo federal não vê a indústria como prioridade.

Após decidir cancelar um reajuste de preços que estava programado, a Usiminas quer atualizar a tabela de preços do aço que fornece ao setor automotivo, informou. Na mesa de negociação com as montadoras, que geralmente protagonizam as conversas mais duras com siderúrgicas, está aumento mínimo de 25%.

Além desse aumento, as perspectivas são baixas. O executivo estima que os preços na China, em geral o termômetro para as siderúrgicas brasileiras promoverem reajustes ou não, ficarão estáveis em 2018. Mesmo assim, ele garantiu que a companhia vai perseguir sempre um diferencial ante o aço chinês de 5% a 10%, o chamado "prêmio".

Leite também comenta que a Mineração Usiminas (Musa), empresa na qual divide o controle com a japonesa Sumitomo Corporation, está pronta para atingir no mínimo metade de sua capacidade nominal, que é de 12 milhões de toneladas por ano. Em 2018, a companhia pretende exportar cerca de 3,5 milhões de toneladas de minério de ferro, após ficar quase um ano sem vender ao exterior e voltar no terceiro trimestre de 2017. Outras 2,5 milhões de toneladas devem ser consumidas pela própria Usiminas.

Ele ressalta que volumes acima disso necessitariam de investimentos e essa decisão será tomada dependendo do preço da commodity. A Musa só consegue gerar lucro com a matéria-prima cotada acima de US\$ 55 por tonelada, exatamente a perspectiva média dos analistas para o ano que vem no caso do produto com pureza de 62%.

O presidente da Usiminas também diz que sua subsidiária de bens de capital, Usiminas Mecânica, ainda está à venda, caso haja interessados. O Credit Suisse chegou a ser contratado para cuidar da alienação do negócio, mas não houve nenhuma proposta firme. Assim, ao menos por enquanto, a possível operação está sem assessor financeiro.

"Temos que lembrar que é uma empresa que funciona a 15% da capacidade hoje. Está totalmente preparada para uma recuperação do mercado, sem dar prejuízo, mas atua por projetos e hoje eles são muito pequenos", avalia Leite. "No curto e no médio prazo não temos mais perspectiva de uma oferta pela Mecânica."

O repórter viajou a convite do Instituto Aço Brasil

MME / ASCOM .